



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MINAS GERAIS – Cedca/MG.

Ata da 370ª Sessão Plenária ordinária do CEDCA/MG de 06/09/2018.

1 Ata da tricentésima setuagésima reunião da sessão plenária ordinária do Conselho Estadual dos
2 Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais – Cedca/MG, realizada aos sexto dias do mês de
3 agosto de dois mil e dezoito, em sua sede, localizada na Casa de Direitos Humanos, na Avenida
4 Amazonas, quinhentos e cinquenta e oito, sétimo andar, bairro Centro, município de Belo Horizonte,
5 Minas Gerais. Célia Nahas (Sedpac) (vice-presidente do Cedca/MG) procedeu à (I) verificação do quórum.
6 **Estavam presentes os seguintes representantes governamentais titulares:** Célia Nahas (Sedpac) (vice-
7 presidente do Cedca/MG); Lúcia Elena Santos, representando a Secretaria de Estado de Trabalho e
8 Desenvolvimento Social (Sedese); Giselle da Silva Cyrillo (Secretária Geral do Cedca/MG), representando a
9 Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp); Ricardo Augusto Zadra, representando a Secretaria de
10 Estado da Fazenda (SEF); Isabella França Oliveira, representando a Polícia Civil de Minas Gerais (PCM); Priscila
11 de Faria Pereira, representando a Secretaria de Estado de Saúde (SES). **Estavam presentes os seguintes**
12 **representantes titulares da sociedade civil:** Jefferson Silva Paulino, representando a Casa de Arte e
13 Inclusão Social (Cais); Carlos Roberto Beto da Silva, representando a Associação de Deficientes do Oeste
14 de Minas (Adefom); Rita Ferreira da Silva Alves, representando a Associação Arco-Íris (AAI); Sílvia
15 Cristina Silva Santos Batista (presidente do Cedca/MG), representando a Associação Lápis de Cor (ALC);
16 João Alves Crisóstomo, representando a Associação Pingo de Luz (APL). **Estavam presentes os seguintes**
17 **convidados:** Gustavo Souza, representando Secretaria de Estado de Segurança e Gestão (Seplag);
18 Paulolino Pereira representando a comissão Especial do FIA; Daniel Perino, Subsecretário de Participação
19 Social. **Seguindo o regimento interno do Cedca/MG, foram lidas as justificativas de ausência dos**
20 **conselheiros aprovadas as seguintes justificativas de ausência, por aclamação do plenário:** Vera Lúcia
21 Rezende Costa, representando a Secretaria de Estado da Educação (SEE); Deputado Celinho do
22 Sinttrocel, representando Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG); Ricardo Teixeira Silva Junior,
23 representando Secretaria de Direitos Humanos, participação Social e Cidadania (Sedpac); Hudson
24 Roberto Lino, representando Associação Beneficente Ágape (ABA); Reginaldo Fernandes dos Reis,
25 representando Associação Bem Viver (ABV); Edson de Oliveira Cunha - Edinho Ferramenta,
26 representando a Associação Amigos do Bugre (AAB); Dênia Damiane de Carvalho, representando a
27 Associação Quatro de Agosto (A4A); Regina Helena Cunha Mendes, representando Associação
28 Profissionalizante do Menos de Belo Horizonte (Assprom). **Constatados os registros e o quórum**
29 **regimental de onze conselheiros votantes, sendo seis governamentais e cinco da sociedade civil.** Sílvia
30 (ALC) informou que foi solicitada pelo Edson de Oliveira Cunha - Edinho Ferramenta (AAB) que
31 justificasse sua ausência em plenária e solicitou que excluísse a leitura e aprovação das atas anteriores
32 para próxima plenária tendo algumas ponderações a serem feitas. Rita (AAI) e Sílvia (ALC) informaram
33 que se ausentarão após as doze horas para participarem da conferência que se realizará no município
34 do Bugre. Carlos Roberto Beto (Adefom) solicitou que incluísse na pauta referente medicação que o

[Handwritten signature]



69 dois anos e mudamos o conceito para monitoramento a princípio imaginamos que trimestral e que os
70 indicadores formulados não é por meio de instrumentos depois de preenchidos encaminhados a este
71 Conselho Estadual vai permitir que **primeiro ponto:** fizéssemos intervenções mais ágeis quando e se
72 surgirem problemas em determinadas unidades **segundo ponto:** se houver necessidade do Conselho
73 Estadual ir "Em loco" averiguar algumas das informações feitas pelo Conselho Municipal, mas também
74 poderíamos fazer isso em tempo hábil ao findar o prazo legal de dois anos da concessão da inscrição nós
75 teremos um acervo de informações que permitirá este conselho e ao Conselho Municipal conceder ou
76 não a renovação da inscrição saímos dessa lógica de uma visão uma visita a cada dois anos
77 cronologicamente de acompanhamento e monitoramento consideraram um avanço muito importante,
78 porque a natureza do atendimento socioeducativo, sobretudo de internação ele é muito do lado de
79 ponto de vista das condições objetivas de funcionamento porque se nós tivermos uma quebra
80 institucional uma rebelião ao chegar lá para fazer à visita a única visita a cada dois anos logo, depois
81 disso não teremos esta visão e sim na visão pontual e a gente avança no sentido de que este conselho
82 terá mais informações para manter realmente uma interlocução com o Gestor Estadual que é o
83 responsável inclusive pelas parcerias, pedimos a Seplag quando já tínhamos dito que tem uma expertise
84 na elaboração de indicadores e nós iniciamos esta discussão, já bastante avançada mas ainda não
85 conclusivo e pedimos então ao companheiro Gustavo (Seplag) que viesse para apresentar a concepção do
86 passo a passo como estamos trabalhando o material que vai facilitar a todos o acompanhamento da
87 proposta para que possamos dar continuidade a discussão e não de deliberação. Lúcia Elena (Sedese)
88 falou que o João Crisóstomo (APL) não poderá participar desta reunião por motivo de deslocamento
89 para Belo Horizonte, mas a comissão se reuniu para fazerem essas discussões e combinamos que o João
90 Crisóstomo (APL) mesmo não estando presente foi estabelecido outras formas para sua participação. A
91 Lúcia Elena (Sedese) convidou Gustavo Souza, representando a Secretaria de Planejamento e Gestão
92 (Seplag) que participou da elaboração desse processo de construção de um indicador a **proceder a**
93 **apresentação:** Gustavo Souza (Seplag) falou que no primeiro momento tivemos certa dificuldade de
94 conseguir encaixar dentro do que nos propúnhamos é a percepção da pessoa que vai avaliar a unidade
95 que estará dentro da unidade para colocar sua percepção e ao mesmo tempo, conseguimos manter o
96 nível de informação condizente de tal forma que pudéssemos acompanhar a evolução das
97 características de cada unidade e dessa forma uma conclusão melhor em cima de cada uma dessas
98 percepções a proposta apresentada a princípio basicamente vai funcionar da seguinte forma;
99 levantamos questões importantes para cada um dos eixos de atendimento nas medidas socioeducativas
100 proposto pelo Sinase e dentro de cada um dos eixos e alcançamos os critérios que seriam aceitáveis para
101 comunidade e que estivesse em conformidade com os princípios do sócio- educação a partir de cada um
102 desses critérios foi discutida dentro dos eixos quais seriam esses critérios alegando diversos fatores com



103 importância crescente ou decrescente para que o avaliador (conselheiro) pudesse chegar à unidade e
104 fazer perguntas diretas ao Gestor da unidade de tal forma que a informação pudesse chegar qualificada
105 para ele, trouxemos o novo exemplo do eixo educação escolar que achamos um dos eixos mais
106 importantes e que são mais robustos quando falamos de medida socioeducativa podemos delimitar em
107 diversos fatores o primeiro deles colocamos a primeira linha dentro eixo educação escolar se a escola da
108 unidade está funcionando porque antes de avaliar nos conseguimos tirar alguma percepção sobre a
109 educação escolar dos adolescentes da calamidade de saber se a escola de fato está em funcionamento
110 ou não, então ele seria um critério eliminatório dentro desse eixo. Sílvia (ALC) encaminhou para a
111 comissão socioeducativa a denúncia do Centro Socioeducativa de Ipatinga. Giselle da Silva Cyrillo (Sesp)
112 informou que está matéria não está em pauta, mais como foi levantada pela presidente Sílvia (ALC), Giselle da Silva
113 Cyrillo (Sesp) explanou a situação do centro socioeducativo de Ipatinga que é pertinente passar para vocês
114 um retorno do que nós encaminhamos e como atuamos a partir do recebimento da denúncia do fato
115 por parte da Sílvia (ALC) a Giselle da Silva (Sesp) na própria sexta-feira entrou em contato com a unidade
116 na diretoria do Centro e a diretoria de segurança socioeducativa está acompanhando o caso
117 diretamente feito o encaminhamento para o núcleo de correção da Secretaria de Segurança Pública
118 porque o adolescente no relato ao serviço de saúde declinou o nome de um Agente, então temos um
119 indício de autoria para começarmos as investigações e fizemos o encaminhamento do adolescente para
120 Defensoria Pública para que pudessem produzir a oitiva deste adolescente, entendendo que era
121 importante para além da oitiva produzida dentro da própria unidade porque é o processo de "prash",
122 nos ouvirmos no caso de agressão o adolescente os servidores que supostamente estão envolvidos no
123 fato isso compõem o que vai vir a ser um processo administrativo e determinamos para a direção da
124 unidade que o adolescente fosse pessoalmente acompanhado e que tivesse um sistema e uma logística
125 tanto por parte da equipe técnica de atendimento quanto por parte da equipe de segurança de forma a
126 garantir que esse adolescente cumprisse todas as rotinas da unidade as atividades que fossem
127 propostas e de uma forma que não tivesse contato com o suposto agressor pela gravidade da denúncia,
128 que foi apresentada para que não haja eventual coação, quando um adolescente declina o nome de um
129 agente numa suposta agressão e nos sabemos que até a apuração final sabemos que pelo menos um
130 problema entre aqueles envolvidos o servidor e adolescente é importante esclarecer que são dois
131 pontos e o primeiro não podemos fazer frente à violência institucional ou a qualquer outro tipo de
132 disfuncionalidade da instituição punindo o próprio adolescente entendemos que a transferência é antes
133 de qualquer coisa uma punição para o adolescente, porque estamos desligando o adolescente da
134 convivência com a sua família e às vezes dentro de uma mesma comarca e região, e que a família na sua
135 grande maioria tem um contexto de vulnerabilidade social muito grande tanto esse adolescente
136 transferido para uma cidade ao lado já é um dificultador, sendo assim, para que ele tenha direito à

Handwritten signature: Sílvia

Handwritten signature: Sílvia

Handwritten signature: Vera P. Costa

Handwritten signature: [illegible]



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MINAS GERAIS – Cedca/MG.

Ata da 370ª Sessão Plenária ordinária do CEDCA/MG de 06/09/2018.

137 convivência familiar respeitada. Giselle da Silva Cyrillo (Sesp) falou da transferência do adolescente da sua
138 região seriam uma série de encaminhamentos que se perdem, sobretudo, principalmente os
139 encaminhamentos feitos com toda a rede, tendo atendimento de saúde articulado, de orientação
140 profissional; curso profissionalizante naquele lugar tudo isso se perde é claro que casos e casos e às
141 vezes a gravidade realmente nos impõe uma transferência a respeito de todas essas perdas, mais
142 avaliamos o que ainda não é o caso desse adolescente que está sendo possível o trabalho com ele na
143 unidade. **(II) 2) Relato da Comissão Especial de conferência:** Célia Nahas (Sedpac) informou que tendo
144 em vista de duas conselheiras sairão, logo após o almoço e temos a pauta bem reduzida farei o relato
145 mais objetiva, a comissão vem se reunindo de quinze em quinze dias, já encaminhou aos municípios o
146 documentos orientadores da comissão para realização das conferências e estamos no momento com
147 três grandes pontos de debate: **Primeiro Ponto:** Apoio do Cedca nas conferências municipais o que
148 acontece todo ciclo de Conferência é uma demanda para que o conselho esteja presente e junto a
149 realização das conferências municipais e não estamos conseguindo organizar essa participação e
150 exclusivamente com os membros da comissão da conferência, então, gostaria de pactuar com o
151 plenário a possibilidade de que os outros conselheiros participam enquanto representantes do Conselho
152 na realização das conferências municipais e não a possibilidade deste conselho, teremos os
153 colaboradores como Assembleia Legislativa, Ministério Público e Frente de Defesa. Célia Nahas (Sedpac)
154 falou da preocupação que no território de Minas Gerais a diversas consultorias para a realização destas
155 conferências, no entendimento da coordenação, não compete ao conselho indicarem um consultor,
156 porque a consultoria recebe pró-labore e isso pode sinalizar um privilégio que não temos, quando
157 indicarmos deixar claro que o município arque somente com as despesas de transporte, hospedagem e
158 alimentação para o palestrante, sendo assim, precisamos que os conselheiros se disponibilizam temos
159 demandas urgentes que é os municípios de Pitangui, Leopoldina e Nova Serrana. Célia Nahas (sedpac)
160 falou da demanda mais urgente para representar os municípios de Leopoldina e Pitangui que poderá ser
161 o mesmo Conselheiro as cidades são próximas em dias consecutivos vinte e seis e vinte sete desse mês.
162 **Segundo Ponto:** Conferência Estadual a comissão esta trabalhando no regulamento da conferência têm
163 dois pontos importantes para debate ainda não finalizado, **Primeiro Debate:** Diz respeito à aprovação
164 das propostas estaduais. **Segundo Debate:** Relacionado aos convidados da conferência esses pontos são
165 do regulamento, uma vez, que regulamentado e estabelecido não pode ser alterado dentro do
166 regimento interno da conferência. **Propostas:** Feito na última conferência propostas estaduais não tem
167 limite elas podem ser trabalhadas como orientado no municipal e definido pelo conselho se vai
168 trabalhar com dez ou quinze, na proposta da comissão e do estado não sejam trabalhados em plenária e
169 sim validadas nos grupos e validando a proposta não será discutido e nem votada no plenário e sim no
170 grupo. **Abriram-se várias discussões a respeito desse tema, com seguintes pontos importantes e sem**

Assessoria Jurídica

João

Verônica Costa
4812

[Assinatura]

Rivaldo F. Pereira

[Assinatura]



171 **encaminhamento:** Os Fóruns já compõe a delegação; Contemplar os adolescentes do CPA como
172 convidados na qualidade de Delegados na conferência como é feito com setor Nacional todos os
173 adolescentes do comitê de participação de adolescentes Nacional são Delegados. Os membros que hoje
174 compõem a comissão organizadora não aparecem como Delegados e nem convidados. Sílvia (ALC) falou
175 da preocupação das propostas tiradas na conferência de dois mil e quinze que não foram publicadas e
176 foi publicada a convocação das conferências antes da publicação dessas propostas e que o Jurídico
177 informou que estas propostas terão que ser apresentadas novamente em plenária. Sílvia (ALC) informou
178 que o presidente anterior não iria assinar por não concordar com alguns itens dentro das propostas.
179 Célia Nahas (Sedpac) falou que são processos instintos a convocação e a deliberação não são processo
180 vínculo e o ideal do ciclo da política pública que esta conferência tivesse trelado com acompanhamento
181 das deliberações das conferências anteriores a convocação do ciclo de conferência não depende da
182 deliberação da conferência anterior. Célia Nahas (Sedpac) falou do prazo para essa publicação foi pego
183 aquele momento da troca dos conselheiros por isso não seguiu para publicação. Célia (Sedpac) informou
184 que não impede a convocação da conferência a não da publicação das deliberações não inválida o
185 processo deliberativo da conferência e nem impossibilita convocação da próxima conferência, sendo
186 assim, foi deliberado a convocação conjunta, quem convoca é a Sedpac em conjunto com o Conselho e a
187 criação da comissão organizadora que é uma deliberação do Conselho, mas a criação da comissão é de
188 competência exclusiva do Conselho, então as deliberações da conferência de dois mil e quinze e uma
189 demanda da comissão inclusive podemos pensar numa estratégia de vinculação das deliberações nos
190 debates, porque é muita coisa se repete em termos de conteúdo e podemos monitorar essa efetividade,
191 sugiro que envie novamente para os conselheiros terem ciência e tragam para aprovação em plenário
192 para não termos problemas com relação a isso e garantimos uma continuidade do processo das
193 deliberações e resgatar com os conselheiros o processo de revisão da deliberação noventa e cinco. Célia
194 Nahas (Sedpac) a comissão seguirá trabalhando com a aprovação de proposta Estadual nos grupos e
195 garantindo a rediscussão em plenária final, gostaria que manifestassem nesse sentido para que
196 possamos dar continuidade nesse debate e entendendo que a comissão organizadora esta contemplada
197 com seus delegados que são os conselheiros e que os outros componentes podem ser indicados dos
198 fóruns e demais como delegados ou entrariam como convidados e que os adolescentes do CPA um
199 ponto que não ficou claro para a comissão, podemos inclui-los como Delegados na conferência. Abriram-
200 se várias discussões sobre a matéria com ponderações referente à hospedagem dos adolescentes; os mandatos
201 dos conselheiros que terminará em março de dois mil e dezoito e como ficariam os delegados. Célia Nahas
202 (Sedpac) deixará em aberto para novas discussões para próxima plenária, não fizemos discussões em relação ao
203 **"Comitê de Participação de Adolescentes de Minas Gerais-CPA/MG - CPA"**. Célia Nahas (sedpac) falou qual o
204 papel do educador e entrará no regulamento e que trará a discussão em plenário, o protocolo do Conanda
205 não tem só questões relativas onde os adolescentes dormem e suas participações tem também o

[Handwritten signatures and notes in blue ink on the right margin, including the name 'Sílvia' and 'Carla']



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MINAS GERAIS - Cedca/MG.

Ata da 370ª Sessão Plenária ordinária do CEDCA/MG de 06/09/2018.

206 Protocolo de apuração de denúncia de violação de direitos das crianças e dos adolescentes que foi um
207 problema na última conferência deixarei em aberto discussão com relação à comissão organizadora ser
208 delegada ou ser convidado, mas vou entender como acatada e a participação dos Adolescentes como
209 Delegados e aprovação das propostas estaduais nos grupos garantindo as discussões estabelecidas e
210 voltaremos em plenária para aprovação, sendo bem mais discutido tanto em plenária quanto na
211 comissão organizadora e do protocolo de proteção de adolescentes na conferência. Procedeu à fala ao
212 Senhor Daniel Perini que responde pela pasta de Subsecretario de Participação Social bom dia a todos e
213 todas vim a pedido do Secretário Gabriel Rocha para compartilhar com todos um pouco da situação que
214 a secretaria tem vivido em relação aos conselhos e construir com o conselho soluções para o problema,
215 estou respondendo pela subsecretaria de participação social a Subsecretária se encontra de licença de
216 maternidade meu cargo de origem e superintendência de participação digital e acompanhando sem
217 dúvida o trabalho dos conselhos fórum da sociedade civil a secretaria tem hoje cerca de dez órgãos
218 colegiados operando são mais de sessenta Conselheiros de interior que frequenta os nossos conselhos e
219 recentemente nós publicamos o Conselho Estadual de igualdade racial como também é o Conselho
220 Estadual de juventude que Tomou posse então houve um aumento significativo de conselheiros o fato é
221 que com esse aumento de com a calamidade real do Estado financeiro espécie que afeta muito a
222 secretaria de direitos humanos sobree tudo que a nossa cota de diárias se esgotou é claro que os
223 conselhos acompanhavam mais tempo sempre contou com o meu empenho pessoal e político para
224 tentar viabilizar todas essas reuniões estive aqui algumas vezes junto à equipe para tentar desatar
225 alguns nós para conseguir viabilizar as diárias que vieram até hoje, mas mesmo como Subsecretario
226 temos limites não tem influência suficientes não tem capacidade de mudar o orçamento do Estado o
227 secretário também se empenha mas não tem essa possibilidade no momento bom o fato aqui também
228 nós não queremos que isso que é um esquisito mais importante mas não é o único que garante o
229 funcionamento o maior dos conselhos não é uma vez que a secretaria ainda mantém uma equipe
230 dedicada este conselho assim como os outros conselhos mas a equipe dos Cedca até mais expressiva do
231 que de outros conselhos aqui estão na alçada da secretaria de Direitos humanos e também enfim as
232 outras estruturas que fazem com que o conselho funciona mesmo nas publicações quer dizer que na
233 medida do possível damos celeridade em todas as publicações que acontecem aqui no cedca acaba
234 passando pela Camg e fazemos trâmites junto à Assessoria Jurídica e junto ao secretário publicações à
235 questão da diária e importantíssima e, mas é tão relevante quantas outras peças que faz um conselho
236 funcionar por isso nós está aqui para propor uma forma de amenizar essa dificuldade construir coletivo
237 algumas soluções o cenário de fato não quer é um conselho que não possa se reunir e discutir nos
238 meses de outubro novembro dezembro então a gente pode começar por este ponto dizendo que o pior
239 que pode nos infringir a não realização das plenárias por outro lado à gente tenho que tentar superar

Apuradora
Jad

[Handwritten signatures]
Princípio de Perini
Luiz Carlos



240 essa dificuldade eu vim aqui não sei se pelo menos pelo que observei que no levantamento feito pelo
241 Conselho para todos os conselheiros e todas Conselheiras vinculado a Sedpac de interior para entender
242 qual a melhor forma que essas pessoas têm ou não de acesso internet para realização de reuniões
243 semipresenciais ou tele presenciais esse aspectos traz uma solução para o estado que a primeira vista é
244 mais fácil que é simplesmente utilizarmos de estruturas de secretarias parceiros como Sedex e a
245 secretaria de educação o que implicaria nós operarmos toda dinâmica ou menos de local logística de
246 realização desta reunião no espaço onde tem a forma tele presencial e também alternativas a meu ver
247 são mais libertários que são reuniões e interações via streaming aquilo que vários de nós utilizamos
248 nossos aplicativos WhatsApp, Facebook e etc sabemos que alguns encontra mais dificuldades e outros
249 não teria problema em utilizar a ferramenta no que ela já começa melhor agora pode acontecer de um
250 outro Conselho muitas pessoas estarem no Gmail não cabe a mim exigir que ninguém entre para
251 conversar temos outras ferramentas livres computador especificamente onde é vinculado a uma câmera
252 webcam vai fazer essa transmissão para a cidade ou que já estão em Belo Horizonte e os que estão de
253 fora a sociedade civil as participações sem necessariamente deslocamento que tem o curso não apenas
254 financeiro mas o custo de tempo e isso também é prejudicial à sociedade civil tendo em vista que os
255 representantes do governo tem seu tempo profissional dedicada a participação de conselheiros e
256 inclusive das viagens etc é basicamente o cenário real concreto não tenho como nesse momento alterar
257 esta realidade sendo os últimos três meses, tendo em vista, que é o limite que nos foi imposto não é o
258 limite que conseguimos superar não basicamente eu peço quem é do interior que responda este
259 questionário porque a única forma de construirmos uma solução com cada colegiado especificamente
260 inclusive o Cedca e vivemos calamidade financeira tem haver também uma estratégia de interiorização
261 de participação da secretaria em dois mil e quinze nós tínhamos apenas oito conselheiros de interiores
262 hoje são mais sessenta, por isso teve um impacto muito grande nas diárias da secretaria desde de
263 fevereiro. Silvia (ALC) entendendo que para as últimas três plenárias o Estado está sem recursos para
264 prover as diárias ontem foi feito um questionamento de um conselheiro que recebeu o questionário
265 para responder e acredito que todos responderam o questionário, ele entendeu que seria para
266 acontecer às plenárias de aplicativo e que no meu entendimento que era para ter acesso à internet com
267 facilidade, bem complicado já esperado porque todos os governos quando chega ao final de Mandato
268 tem que fechar as contas em dezembro e sabemos disso primeiro ponto: o calendário de pauta de
269 reuniões foi aprovado no ano passado antes do orçamento fechar acredita que foi para o setor
270 responsável e que já era previsto as reuniões até dezembro que era previsto no orçamento para que
271 essas plenárias acontecessem segundo ponto: Nem um regimento interno e nem a lei não prevê
272 nenhuma reunião do Cedca ordinária via aplicativo via Skype não prevê esse tipo é uma preocupação,
273 além disso, ainda pensando uma vez que tem um assunto bem complexo para esse final de Mandato



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MINAS GERAIS - Cedca/MG.

Ata da 370ª Sessão Plenária ordinária do CEDCA/MG de 06/09/2018.

274 que são eleições da sociedade civil que assim como falamos da conferência que teve problema foi
275 questionado durante o todo o mandato por executiva a forma que aconteceu a não concordância e
276 ontem estava com a Doutora Santa Gema e falamos sobre os Cedca e eu pude nesse quesito eleição
277 posse esse conselho teve prejuízo de 90% no seu mandato avaliando o mandato dessas três anos de
278 aproveitamento na política da infância aproveitamos 30% das discussões e de aprovações os outros 70%
279 nomeações e estrutura do Cedca podemos ler todas as atas que são verídicas. Silvia (ALC) não concorda
280 não estou de acordo durante o meu mandato de Presidente fizemos reuniões da mesa diretora via
281 aplicativo tivemos aproveitamento muito grande, mas também é um instrumento que não tem no
282 Regimento Interno conseguimos levar até o final e durante esse meu mandato de presidente por várias
283 vezes com 80% dos compromissos da presidente em Belo Horizonte eu nunca pude comparecer por não
284 ter recursos de diária mesmo sabendo que na Lei e no Regimento Interno fala que executivo tem que
285 manter os conselheiros nas atividades ligadas ao conselho. Silvia (ALC) falou que por várias vezes veio ao
286 conselho com recurso próprio inclusive em reuniões na Promotoria. Silvia (ALC) solicitou informação se
287 o conselho poderá através do Fundo da Infância e do Adolescente - FIA fazer pagamentos de diárias aos
288 conselheiros? Rita (AAI) solicitou que através da presidência que encaminhasse para o Ministério
289 Público, por zelar muito pelo Estatuto Criança e do Adolescente e se fala que as reuniões são públicas e
290 que poderá ser acompanhados por toda sociedade e foi divulgado amplamente o calendário desse
291 conselho local, onde as reuniões serão divulgadas para toda população está no Estatuto e no Regimento
292 as reuniões públicas gostaria que fosse feito o questionamento ao Ministério Público de que forma
293 serão estas reuniões públicas, tela presencial ou será utilizado este mecanismo presencial utilizando a
294 sala deste do conselho que tem uma chamada pública que fala que as reuniões do conselho
295 acontecerão dentro do calendário de dois e dezoito e existem ações que são movidos ação civil pública
296 contra município que deixa de cumprir através do orçamento com deliberações e resoluções aprovadas
297 pelos conselhos. Rita (AAI) falou do STJ administrativo e processo e ação civil pública; ato administrativo
298 discricionário contra município e estado cabe ação por descumprir e que encaminhe ao Ministério
299 Público estes argumentos que não é uma decisão dos Conselheiros da sociedade civil e não podemos
300 obrigar o estado a cumprir, mais podemos solicitar ao Ministério Público qual a legalidade desse
301 processo que a Sepdac está nos apresentando. Ricardo Zadra (SEF) deixou público que o Dr. Paulolinto
302 ocupou por vários anos de brilhantemente a Superintendência central de contadoria Geral do Estado de
303 Minas Gerais a qual hoje faço parte e digo mais como Professor na Universidade Federal no curso de
304 atualização de ciências contábeis em respeito toda a trajetória dele eu abro a palavra para ele se ele me
305 devolver à palavra eu vou pronunciar levando em consideração alguns princípios no orçamento, os
306 governantes fixam às despesas fixas as despesas e as receitas são estimadas é do conhecimento da
307 maioria que se chama contingenciamento e o outro se chama fluxo de caixa não necessariamente a

[Handwritten signature]

Ricardo de F. Pereira

Verallista
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MINAS GERAIS - Cedca/MG.

Ata da 370ª Sessão Plenária ordinária do CEDCA/MG de 06/09/2018.

308 execução financeira do Estado ela não anda pari passu com o orçamento posto que as despesas são
309 fixadas e as receitas são legitimadas a questão da estimativa pode ser que ela se realizem e pode ser
310 que não se realize está claro para todos nós, nesses últimos anos as receitas não se realizaram daquilo
311 que estava contido na peça orçamentária e o nosso subsecretário também disse e aproveitando a fala
312 do Subsecretário que nós tivemos uma grande participação social principalmente da sociedade civil na
313 questão do número de conselheiros que hoje militam de todos os conselhos no estado e em
314 contrapartida de um de um recrudescimento de uma dificuldade de receitas então se antes tinha seis
315 conselheiros nos diversos conselhos fazendo uso do recurso público que naquele momento era razoável
316 hoje nós temos sessenta conselheiros e que precisavam fazer uso de recursos que hoje são pequenos eu
317 queria só falar dessa forma para colocar aos senhores a situação que o estado vive e agora eu vou na
318 questão objetiva usar recursos do fundo para custeio deste conselho não tem a prerrogativa de
319 deliberação e por mais que exista uma resolução você tem que pegar a hierarquia das leis e colocar
320 também as questões de leis e temos decreto e outras coisas então está para além deste conselho de
321 terminar imediatamente que serão usados recursos do Fundo para Infância e do Adolescente recente
322 para custeio no orçamento ele vem escrito para correr de dotações orçamentárias específicas e não é
323 simplesmente tirar daqui colocar ali você tem que fazer remanejamentos dentro do orçamento você
324 tem que fazer outras colocações objetivamente neste momento este conselho não pode pegar este
325 recurso para custear as diárias para os conselheiros. Convidado Dr. Paulolinto, representando a
326 Comissão Especial do FIA, falou que nada melhor do que falar depois de uma apresentação do técnico
327 Ricardo Zadra (SEF) dentro da minha contextualização e procurar entender se todos conhecem o
328 detalhamento das fontes de receitas do orçamento que Conselho Estadual de Direito da Criança e do
329 Adolescente recente é responsável o recurso do FIA é que financia a gestão do Conselho
330 indiscutivelmente a ciência contábil nos aponta o seguinte: o FIA é uma entidade jurídica independente
331 do estado e se apropria dos recursos do fundo para cobrir os problemas dele isso não é de agora é de
332 décadas e não só ao Estado Minas Gerais como foi citado aqui o caso do município de Belo Horizonte,
333 ou seja, precisamos evoluir e não é só reclamar para o Ministério Público e sim entender como fazer
334 esse posicionamento quanto é que seria o custo para financiar essas últimas reuniões, no dia trinta de
335 Abril a destinação do imposto de renda de pessoas físicas depositado em julho agora é de Cento e
336 quarenta seis mil e seiscentos e quarenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos os conselheiros
337 podem ter acesso aos balanços só entrar na internet estando a disposição onde mostra que este fundo
338 que é administrado primeiramente pela secretaria de disponibilidade financeira de vinte milhões
339 noventa e sete mil e seiscentos e trinta reais e um centavo agora não vou entrar em mais detalhes que
340 é má administração dos dirigentes do Conselho e consequente da secretaria por apropriação de
341 rendimentos desse valor que a sociedade depositou isso é evidenciado só me coloco à disposição não

Paulolinto
de

[Handwritten signatures]
Priscila de F. Pereira
Paulolinto
de



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MINAS GERAIS – Cedca/MG.

Ata da 370ª Sessão Plenária ordinária do CEDCA/MG de 06/09/2018.

342 para reclamar para nós construímos o futuro das crianças e adolescentes. Ricardo Zadra (SEF) fez
343 algumas colocações às fontes de recursos que trabalham com FIA serão a fonte dez de recursos
344 ordinários, mas a grande maioria dos recursos que hoje fazem parte do FIA são da fonte quarenta e
345 cinco que são doações outra situação o fato de termos vinte milhões de Reais na conta do FIA não quer
346 dizer que esteja livre e disponível para usarmos, temos ainda vários projetos que estão em fase de
347 execução ainda não chegou à fase de pagamento dentro do FIA e temos a maioria dos recursos através
348 da fonte quarenta e cinco são doações, o recurso da sua totalidade da renúncia fiscal com todos nós
349 sabe o que vem através de chancela às alternativas estão comprometidas no mínimo 80% desses
350 valores. Célia Nahas (Sedpac) a Lei Estadual autoriza Construção de Reforma juridicamente a Lei é
351 superior à resolução, ainda que, a resolução seja do Conanda e a Lei seja Nacional e para esclarecimento
352 e propor que façamos encaminhamento no temos uma realidade dada o estado esta numa situação de
353 calamidade publica financeira e inquestionável, o Daniel veio para construir conosco a forma de
354 realização para próxima plenária e garantir o funcionamento do Conselho como é o previsto na
355 legislação. Subsecretário de Participação Social Daniel Perini esclareceu que sabendo do
356 questionamento jurídico, nos adiantamos e fizemos junto a Assessoria Jurídica da secretaria de direitos
357 humanos do chefe setor jurídico em princípio não há nada que autoriza de fato, mas não tem nada que
358 proíba a utilização de teleconferência inclusive utilização até do sistema judiciário de teleconferência
359 para coletar pessoalmente em prol da economicidade e estamos no momento de crise. Carlos Roberto
360 Beto da Silva (Adefom) falou da inconstitucionalidade desse vídeo conferência. Retomando o relato do
361 Comitê de Participação de Adolescentes de Minas Gerais-CPA/MG – CPA Célia Nahas (Sedpac) falou que já vem
362 fazendo esta discussão e que fizemos um esforço grande para conseguirmos convocar os parceiros para
363 encaminhar os adolescentes para compor o comitê de participação dos adolescentes, fizemos uma
364 avaliação na última comissão que esse é um esforço que ele tem que ser feito reiteradamente e que não
365 vem surtindo grandes efeitos embora tenhamos pensado na metodologia para o comitê de porta aberta
366 que pudéssemos comportar um número grande de adolescentes, essa não é uma realidade que o
367 comitê hoje vem trabalhando temos uma média de dez adolescentes e o grupo ainda está se reunindo
368 quinzenalmente foi construído um orientador para os conselheiros e esse orientador foi compartilhado
369 em plenária já realizamos quatro encontros irei compartilhar algumas questões com vocês, previmos
370 por uma questão de falta de recurso, mas também é de entender o papel fizemos convocação para os
371 conselhos municipais que tivesse interesse e condição de arcar com deslocamento dos seus
372 adolescentes em tantos municípios poderão participar e foi feito investimento grande nos fóruns e
373 quem estão na comissão são sediados em Belo Horizonte tivemos mais adesão adolescentes de fora da
374 região metropolitana participando e não temos todos os fóruns contemplados, sendo assim, foi uma
375 surpresa muito positiva porque os meninos que estão vindo de outros municípios são meninos muito

[Handwritten signatures and notes in blue ink]
Pimenta de F. Perini
Caralho
[Illegible signature]



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MINAS GERAIS – Cedca/MG.
Ata da 370ª Sessão Plenária ordinária do CEDCA/MG de 06/09/2018.

376 interessantes e dedicados. Célia Nahas (Sedpac) falou da visita que fará ao Museu, próximo encontro
377 será no começo de outubro, continuaremos com as mobilizações e acho importante os conselheiros
378 terem conhecimento com relação à indicação do adolescente de Minas Gerais para compor o CPA
379 Nacional, a comissão recebeu a visita da consultora do Conanda que fez uma contratação de consultores
380 para mobilizar os estados na composição dos seus contextos, esclareceu que o conselho nacional fez a
381 especificação de vários produtos; as caravanas nas regiões; um mobilização do comitê de participação
382 dos adolescente nos estados; o comitê de participação dos adolescentes que não foi concluído. A
383 comissão acha que o Conanda precisa aprimorar, que os comitês de participação de adolescentes são
384 pontos de resistência no debate da participação social hoje garante participação de públicos e
385 invisibilidades nos Espaços deliberativos ainda que com uma lógica de consultores de ouvintes e garantir
386 espaço resistência na garantia de direitos humanos os espaços mencionados nesta dominando assim
387 possibilitar a participação dos Adolescentes no Conanda. Passou-se para **Aprovação da ata: Ata da**
388 tricentésima sexagésima sétima reunião da sessão plenária ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da
389 Criança e do Adolescente de Minas Gerais – Cedca/MG, realizada aos cinco dias do mês de julho de dois mil e
390 dezoito, em sua sede, localizada na Casa de Direitos Humanos, na Avenida Amazonas, quinhentos e cinquenta e
391 oito, sétimo andar, bairro Centro, município de Belo Horizonte, Minas Gerais, três abstenções Ricardo Zadra (SEF);
392 Giselle da Silva Cyrillo (Sesp); Isabella França Oliveira (PCMG); **ata aprovada com sete votos favoráveis. (IV)**
393 **Relato da Comissão Especial do Fundo:** Passou a apresentação do Projeto Retirada nº 09/2013 no valor
394 de R\$48.040,00 (quarenta e oito mil reais e quarenta centavos) intitulado **“AlimentAÇÃO” –**
395 **proponente - Ministério Programa Criança Feliz**. A entidade apresentou manifestação em não dar
396 prosseguimento à utilização do recurso, tendo em vista o encerramento das atividades de acolhimento
397 institucional. **Proposta:** finalização e o arquivamento do projeto. O Conselho deverá e informar ao
398 destinador da decisão deste plenário e os valores deverão ser revertidos para a universalidade do FIA.
399 **Proposta aceita e aprovada por unanimidade.** A secretaria executiva informou também sobre **projeto**
400 **da Fundação Benjamin Guimarães – Hospital da Baleia intitulado: “Preservação da Vida: Gastronomia**
401 **sob Abordagem Multiprofissional para Reintegração da Criança à Vida Social”- que até a presente data**
402 **não se manifestou sobre a apresentação de pedido de retirada dos recursos captados mesmo após**
403 **solicitação de apresentação destes. Proposta e encaminhamento:** Oficializar novamente a instituição
404 para que proceda com a atualização Projeto Pedido de Retirada nº 08/2014 com de 45 dias úteis a partir
405 do recebimento do ofício com a deliberação de que expirado o prazo, caso não haja manifestação, o
406 recurso seja revestido para a universalidade do FIA. **Proposta e encaminhamento aprovados por**
407 **unanimidade. (V) Medicação que o Desembargador que foi suspenso para adolescente** explanou sobre
408 a suspensão do remédio “maconha medicinal” e gostaria de fazer encaminhamento para todos os
409 Conselhos Estaduais e ao Conanda solicitando o retorno do medicamento para adolescente Larissa. Célia
410 Nahas (Sedpac) falou que não está tirando o mérito do debate e a matéria diz respeito da discriminação

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Priscila Pereira' and 'Verônica Costa']



411 da maconha no Brasil e como medicamento da maconha medicinal e que seja para continuar aprovando
412 a obrigação de tratamento paliativo muito mais caro. Abriam-se várias discussões a respeito desse
413 tema, sem deliberação e encaminhamento. Sílvia (ALC) tem três notas públicas a serem apresentadas
414 para os conselheiros. **Primeira nota pública:** Nota Pública de repúdio dos atos do Governo o não
415 pagamento das diárias para as próximas plenárias contrariando a Lei e descaço com a Infância e solicitou
416 apoio dos conselheiros. Ricardo Zadra (SEF) me adiantando nesse primeiro ponto é contra e vou dizer
417 por que o subsecretário trouxe hoje a primeira informação sobre essa situação na minha modesta forma
418 de ver a situação ele abriu a discussão sobre o trabalho e dito pelo Subsecretário Daniel que se for
419 preciso irá discutir com cada conselho e conselheiros e nós já vamos de mediato fazendo nota pública.
420 Giselle da Silva Cyrillo (Sesp) que o subsecretário da Sedpac veio trazer uma notícia sobre a qual não temos
421 muita margem de manobra que é o esgotamento dos recursos do estado para o custeio de diárias, eu
422 acho que esse é um ponto sobre o qual não faz muito sentido a gente se debruça porque isso é um fato
423 posto acabou recurso agora eu concordo com o Ricardo Zadra (SEF) no que diz respeito à forma que o
424 governo encontrou de dirimir a questão, mas para todos aqueles que precisam se deslocar esse valor de
425 diárias para fazer o deslocamento até as reuniões de conselho, acho que é preponderante que a gente
426 tenha dirimido duas questões antes do Conselho se posicionar pela publicizar uma nota de repúdio a
427 primeira que a questão da legalidade todos nós temos e cada um dentro dos seus conhecimentos
428 técnicos de vivência é a sua Concepção são sobre a legalidade ou sobre o limite de legalidade é sobre se
429 esse de fato é público e se é possível num conceito de plenária deliberativa é necessário que tenhamos
430 isso muito bem clarificado, antes de nos manifestarmos dizendo de uma ilegalidade e que haja um
431 subsídio técnico nesse sentido, segunda de fato é que não sei se todos os conselheiros governamental e
432 civil receberam essa pesquisa e de fato responderam, mas eu acho que é importante que cada um de
433 vocês que vem do interior para cá respondam essa pesquisa de maneira qualificada porque assim
434 entendo essa comunicação do Governo foi precedida por uma pesquisa e que isso sugere uma
435 disponibilidade pelo menos de uma conversa a respeito do assunto para que o problema possa ser
436 dirimido de acordo com as necessidades de cada conselho e cada Conselheiro porque os coletivos eles
437 também não são homogêneos então a realidade que nós vivemos não é a mesma realidade dos outros
438 conselhos então entramos em setembro outubro novembro dezembro acabou o ano e deveríamos nos
439 organizar em torno de batalhar pelo funcionamento do Conselho, o conselho tá funcionando há três
440 anos sob um clima de muita tensão e acirramento a própria Presidente falou e eu acho que ela foi muito
441 feliz na colocação dela que talvez nós tenhamos comprometido 90% da nossa capacidade produtiva e
442 deliberativa no conselho em razão debates não dizendo que eles não tivessem que ter existido acho que
443 de fato foram problemas que se colocaram em que a gente teve que enfrentar da melhor maneira que
444 podemos mais pensando não dizendo que eles não tivessem que ter existido que foram problemas e

[Handwritten signature]

Princela de P. Pereira

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MINAS GERAIS – Cedca/MG.

Ata da 370ª Sessão Plenária ordinária do CEDCA/MG de 06/09/2018.

445 colocados em que a gente teve que enfrentar da melhor maneira que podemos acho presidente que
446 pensando é especialmente com fechar o ano com esse conselho funcionando ainda que com 30% da
447 nossa capacidade 40% ainda que haja algum nível de comprometimento com a forma que ele possa
448 funcionar até porque a gente sinalize que é a nossa preocupação fundamental antes tensional que a
449 gente tem essas questões atacado antes do Conselho se debruçar sobre a produção de uma nota
450 publicada. Silvia (ALC) informou sobre o encontro da Educação custeado pelo Estado indagando o
451 Governo por passarem momentos de crise com um evento desse porte. Lúcia Elena esclarece que a duas
452 fontes de recursos diferentes e dentro de uma delas temos um percentual obrigatório de aplicação na
453 educação em saúde então certamente que esse evento que a presidente viu e que vimos também em
454 outro hotel está dentro do orçamento específico dessa política, sou da Sedese e quero compartilhar
455 com vocês o que o Subsecretário Daniel Perini não falou, mas nós servidores não estamos autorizados a
456 solicitar diária ou a realizar qualquer trabalho fora de Belo Horizonte porque não tem recurso então
457 desde o começo do ano que essas orientações foram repassadas. E sabemos que é uma realidade difícil,
458 mas por outro lado eu acho que nós vamos mostrar realmente resiliência compromisso e disposição de
459 tocar a política da Criança e do Adolescente se nós formos capazes de construir soluções alternativas
460 neste momento de crise e se formos bons aprendizes esta pode ser uma prática para que possamos
461 fazer reuniões das comissões e efetivamente a gente discutir política pública, eu não digo de jeito
462 nenhum das plenárias no futuro serão substituídas por um vídeo conferência, enfim eu acho que pode
463 ser uma ferramenta importante, mas nos apropriarmos dela então sinceramente eu sou muito solidário
464 aos conselhos eu tenho uma trajetória muito longa de conselhos e que nesse momento considerando
465 toda a realidade do Estado nós temos que demonstrar essa resiliência defesa do direito da criança
466 criando alternativas para que um conselho não pare não como a presidente mesmo disse mesmo que
467 agente eventualmente faça uma ato de repúdio não mudará a realidade não vai fazer com que haja
468 recurso. Carlos Roberto Beto da Silva (Adefom) sugeriu fazer ofício protocolado ao Ministério Público
469 sobre estas questões das diárias já dentro do orçamento e diante da resposta deste ofício, faremos nota
470 de repúdio, falou da dificuldade em relação às conferências e a eleição deste conselho. João Crisóstomo
471 (APL) discordou da fala do Carlos Beto (Adefom) que falamos sempre de prioridade da criança e do
472 adolescente e ficamos batendo sempre nas questões de diárias estou sendo bem sincero e temos que
473 tirar este foco de diária, e deixando claro que este assunto já foi pautado em outros governos, e não
474 quero deixar passar essa oportunidade de dizer que fica aparecendo que é só neste governo que
475 acontece isso e mesmo sem diária estarei à disposição e não concordo reunião de plataforma virtual.
476 Silvia (ALC) esclareceu que não digo que e só neste governo e já vivenciamos em outros governos as
477 diárias eram pagas com recurso do Dr. Ananias. Silvia (ALC) colocou em votação a nota de repúdio. Para
478 aprovação Primeira Nota: Nota de Repúdio para o Governo Um voto favorável, quatro contra e uma



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MINAS GERAIS - Cedca/MG.
Ata da 370ª Sessão Plenária ordinária do CEDCA/MG de 06/09/2018.

479 abstenção. Seguindo para aprovação Segunda Nota: Nota de Repúdio para executivo mandar uma conta
480 específica para o Fundo, Sílvia (ALC) solicitou alguém de conhecimento da área para que faça esta nota ou
481 documento para manter o dinheiro na conta específica do Fundo que são originados de imposto de renda
482 e de cidadãos que renunciaram a favor da infância fui informada que irão abrir uma Ação Civil contra o
483 estado nessa questão do recurso. Abriam-se várias discussões em cima da matéria com seguintes
484 ponderações. Primeira Ponderação: Celia Nahas (Sedpac) informou que todos os conselheiros tem
485 conhecimento do valor que está no Fundo, foi aprovado em 2015; 2016; 2017 e 2018 os planos de
486 aplicação e não podemos desacreditar do nossa própria condução dizer que não é ciente do valor que
487 tem no fundo, nos aprovamos o último plano de aplicação e o valor para Janeiro desse ano no total do
488 plano é dezenove milhões e quanto à nota pública solicitar ao Gestor do Fundo esclarecimento é da
489 competência do conselho, acompanhar, solicitar e refazer as solicitações e se não tiver esclarecido pedir
490 novamente e monitorar e não adianta fazer uma nota pública encaminhar ao ministério público se
491 dentro da própria casa do conselho nós não fazemos os tramites legal. Lúcia Elena (Sedese) falou da
492 presidente que tem demonstrado muita preocupação e responsabilidade frente à presidência do
493 Conselho só queria lembrar que o Subsecretário Daniel Perini disse que já tinha solicitado uma análise
494 jurídica nos termos da Lei a respeito da legitimidade da plenária da forma como ela pode se configurar
495 sem a presença de todos os conselheiros, se houver um parecer Jurídico de que essa reunião é legal e se
496 a presidente não convocar a reunião pode ser uma questão, sugiro então que a presidente Sílvia (ALC)
497 formaliza e mande para a secretaria executiva que faça ofício solicitando esclarecimento do ponto de
498 vista da legalidade da reunião acontecer por meio eletrônico semipresencial e para que você se oriente
499 frente a suas responsabilidades na presidência e a mesa diretora e que fique respaldada. Sílvia (ALC)
500 informou que não fará esta provocação e aguardará o parecer da Sedpac para a presidente Sílvia (ALC) e
501 continuará com a convocação, e que este assunto não estava em ponto de pauta e fui pega de surpresa
502 e que poderia ter reunido com a mesa diretora dez minutos antes do começo da reunião plenária.
503 Giselle da Silva Cyrillo (Sesp) insisto no ponto que a conselheira Lúcia Helena (Sedese) que colocou e
504 gostaria acrescentar mais algumas coisas nos estamos vivendo esse momento e conhecemos todos os
505 meandros e as questões políticas contingenciais que atravessaram, mas não é possível que a gente
506 esgote tudo isso em registro todas as particularidades da sua situação elas não são esgotáveis em
507 registro assim por mais que sejamos zelosos que a façamos as gravações e reproduzem as atas das
508 plenárias e troque ofícios nos encaminhamentos nunca teremos um registro situacional que é
509 exatamente fidedigno da situação e o tempo e eu não tenho tanto tempo assim de administração
510 pública, mas eu procuro aprender com a experiência dos colegas que vieram antes como as conselheiras
511 Lúcia Helena a Regina que estão conosco há muito tempo assim que é uma militante referenciada na
512 causa da Infância e da Juventude e que estão às voltas com demandas judiciais por questões que
513 certamente pelo comprometimento que elas têm com a causa da infância foram encaminhadas de



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MINAS GERAIS - Cedca/MG.

Ata da 370ª Sessão Plenária ordinária do CEDCA/MG de 06/09/2018.

514 melhor maneira possível, mas que à revelia dessa possibilidade de esgotamento de registro deixaram os
515 flancos delas como conselheiros e do próprio conselho aberto para uma demanda judicial superveniente
516 com isso que eu estou querendo convencer o presente de fazer eu entendo todas as razões pelas quais
517 o presente entende é que deve ser acionada pela Sedpac com a nota da AGE ou não a legalidade das
518 plenárias sendo virtuais vamos chamar assim, mas se o presente entende por bem não fazer a
519 provocação para o parecer o que eu como conselheira como integrante da mesa diretora e como
520 alguém que tem formação jurídica aconselho que o presente faça para fingir respaldo da gestão e do
521 Conselho que é aquilo que abunda não prejudica a presente tem um documento por meio do qual o
522 presente pode comprovar mês que vem em dezembro ou daqui a dez anos que a presidente procurou
523 se cercar de todos os meios possíveis para no exercício da presidência a garantir que o conselho
524 continuasse funcionando dentro da legalidade mas se toda a presidente entender não lhe aprover
525 fazer isso eu sugiro que a faça convocação da plenária e a Sedpac apresentar um parecer da advocacia-
526 geral do estado então eu queria reforçar essa indicação da conselheira Lúcia sobre provocação. Silvia
527 (ALC) falou que manterá o calendário com convocação em pauta o que eu disse dentro do prazo pra ser
528 enviada diária eu farei para o orçamento a viabilidade de diária para os conselheiros, caso ao contrario,
529 não irei provocar e aguardarei o parecer Jurídico do Subsecretário Daniel Perini, Sedpac ou AGE,
530 seguindo a Lei e o Regimento. Silvia (ALC) lembrou-se das reuniões feitas da mesa diretora vídeo
531 conferencia na época da presidente Célia Nahas (Sedpac). Célia Nahas lembrando o conselho que no
532 período a presidência em relação ao FIA o SPGF veio apresentar e esclareceu todas as questões em
533 relação ao Fundo como fluxo de caixa, a diretoria dos convênios fez a prestação de contas do FIA e
534 parece que o conselho perde uma pouco da sua historia e com registro em ata. Passou-se a fala a Juliana
535 Cordeiro (Diretora de Apoio aos Conselhos e Órgãos Colegiados) que se coloca à disposição em fazer
536 uma solicitação de forma oficial para subsecretario porque como responde por questões da diretoria de
537 apoio dos sete conselhos vinculados à secretaria de direitos humanos, ressaltou que a pauta relativa as
538 diárias será abordada inicialmente em todos os conselhos, por orientação direta do Secretário Gabriel
539 Rocha. A Diretora informou que está acompanhando os desdobramentos deste assunto, e achou que as
540 sugestões que os conselheiros colocaram nesta plenária, da legalidade do uso de video conferencia, é
541 importante que a Sedpac apresente não só para o Cedca, como para todos os conselheiros. Neste
542 momento se prontificou a contatar o Subsecretário com o pedido do Cedca e em seguida repassar aos
543 presidentes dos conselhos dando a resposta, respaldo aos conselhos, que decidira pela convocação da
544 reunião. Silvia (ALC) informou que aguardará o parecer da secretaria através da Diretora Juliana, a
545 sugestão foi colocada e foi à forma da Sedpac que encontrou para manter os três últimos meses do
546 conselho em funcionamento com este tipo de "Layout" com parecer Jurídico e manterá o calendário e a
547 convocação, caso haja o parecer encaminhara a todos os conselheiros para conhecimento, para que

[Handwritten signature]



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MINAS GERAIS - Cedca/MG.

Ata da 370ª Sessão Plenária ordinária do CEDCA/MG de 06/09/2018.

548 todos os conselheiros respondem em tempo hábil. A presidente, verificando que nada mais havia a se
549 tratar e deliberar, declarou encerrada a sessão plenária, da qual foi lavrada a presente ata, que será
550 assinada pelos conselheiros, na forma e termos regimentais. Belo Horizonte, seis de setembro de dois
551 mil e dezoito. Presentes:

Representantes Governo	Órgão/Entidade	Assinatura
Vera Lúcia Rezende Costa	SEE	<i>Vera Lúcia Rezende Costa</i>
Lucia Elena Santos	Sedese	<i>Lucia Elena Santos</i>
Giselle da Silva Cyrillo	Sesp	<i>Giselle da Silva Cyrillo</i>
Nathalia Batista Ramos	PMMG	<i>Nathalia Batista Ramos</i>
Isabella França Oliveira	PCMG	<i>Isabella França Oliveira</i>
Priscila de Faria Pereira	SES	<i>Priscila de Faria Pereira</i>
Representantes da Sociedade Civil	Entidade	Assinatura
Jefferson Silva Paulino	Cais	<i>Jefferson Silva Paulino</i>
Carlos Roberto Beto da Silva	Adefom	<i>Carlos Roberto Beto da Silva</i>
Silvia Cristina Silva Santos Batista	ALC	<i>Silvia Cristina Silva Santos Batista</i>
João Alves Crisóstomo	APL	<i>João Alves Crisóstomo</i>
Rita Ferreira da Silva Alves	AAI	<i>Rita Ferreira da Silva Alves</i>